

# PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM NAS ESCOLAS PÚBLICAS DA GUINÉ-BISSAU: UMA ANÁLISE A PARTIR DE DISTINTOS PERÍODOS DA EDUCAÇÃO<sup>1</sup>

Maduenio Amilton Gomes Teixeira Barbosa

## Resumo

A questão central neste trabalho, não busca só compreender o processo de ensino-aprendizagem nas escolas públicas da Guiné-Bissau, mas também tentar perceber a partir de distintos períodos da educação. Neste sentido, nota-se que a educação é uma característica humana presente nas sociedades desde os tempos remotos. É com base nela o homem procura estabelecer a organização social e formar a consciência colectiva. O trabalho justifica-se em várias dimensões, sejam elas: acadêmicas e sociopolíticas, por ser uma temática que merece ser discutida, com vista a criar alicerces para o seu planeamento e expansão. Dessa forma, importante ter uma visão ampla dos estudos sobre a educação.

**Palavras-chave:** Educação, Escolas públicas, Guiné-Bissau.

## Abstract

The central issue in this work, not only seeks to understand the teaching-learning process in Public Schools in Guinea-Bissau, but also to try to understand from these different periods of education. In this sense, it is noted that education is a human characteristic present in societies since ancient times, and based on it, man seeks to establish social organization and form the collective conscience, work is justified in several dimensions, namely: academic and sociopolitical, as it is a theme that deserves to be discussed, with a view to creating foundations for its planning and expansion. Thus, it is important to have a broad view of education studies.

**Keywords:** Education, Public schools, Guinea-Bissau.

## INTRODUÇÃO

O presente artigo boucou compreender o processo de ensino-aprendizagem nas escolas públicas da Guiné-Bissau, a partir dos diferentes periodos históricos da educação. Para tanto, objetiva analisar o processo do ensino e aprendizado no período anterior a dominação colonial, educação no período colonial e a educação no período pós-independência por meio da compreensão do processo de ensino-aprendizagem nas escolas públicas deste país. Quanto aos objetivos específicos, a pesquisa versa sobre analisar a relação existente entre o funcionamento das escolas públicas e as crises políticas corriqueiras na Guiné-Bissau.

Diante disso, e tendo em conta a leitura do texto intitulado “Educação na Guiné-

---

<sup>1</sup> Trabalho de Conclusão de Curso em formato de artigo do curso de Licenciatura em Sociologia da Universidade da Integração Internacionald Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito parcial para obtenção de título de Licenciado em Sociologia, com orientação da professora Dr<sup>a</sup> Joana Elisa Röwer.

Bissau na Transição do Período Colonial para o Pós-Colonial”, logo no primeiro semestre, surgiu a minha aspiração de discutir esta temática, ou seja, com essa inquietação e a vontade de poder perceber essas opiniões contraditórias a respeito de processo do ensino-aprendizagem nas escolas públicas da Guiné-Bissau.

No âmbito acadêmico a relevância deste trabalho se justifica por servir de um suporte teórico para as futuras produções acadêmicas sobre esse assunto, isto é, oferecerá suporte bibliográfico para elaboração de artigos, ensaios, seminários e palestras e outros trabalhos acadêmicos sobre a educação na Guiné-Bissau.

No âmbito sociopolítico, justifica-se por ser um trabalho que tenta descortinar as opiniões de um grupo de cidadãos guineenses que estudaram nas escolas públicas de Guiné-Bissau sobre o processo do ensino-aprendizagem nas escolas públicas deste país, onde trarão as narrativas das suas vivências e compreensões relativas a esse processo.

Portanto, espero que este trabalho somando as outros já produzidos possam contribuir para compreensão da educação em Guiné-Bissau em seu diferentes períodos históricos. Também contribuirá para auxiliar o Estado, Organizações Internacionais e as ONG's nacionais e internacionais que atuam na área de educação, na reflexão sobre os compassos e descompassos do sistema educativo guineense, principalmente, do processo de ensino-aprendizagem nas escolas públicas da Guiné-Bissau.

No que diz respeito ao procedimento metodológico, a pesquisa classifica-se predominantemente como descritiva-explicativa, caracterizando-se como uma pesquisa bibliográfica. O artigo está estruturado em sete partes, além da introdução, sendo elas: (1ª) uma breve contextualização sobre Guiné-bissau e sua educação; (2ª) realiza uma abordagem teórico conceitual sobre a educação; (3ª) apresenta a educação na guiné-bissau no período da dominação colonial; (4ª) descreve a educação no período pós colonial; (5ª) analisa a organização do sistema educativo da guiné-bissau; (6ª) reflete sobre processo de ensino-aprendizagem nas escolas públicas da guiné-bissau; e as considerações finais que pontuam a necessidade de conhecer a história da educação guineense para atuarmos de forma transformadora para um ensino de qualidade e sentido para a população e o país.

## **BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE GUINÉ-BISSAU E SUA EDUCAÇÃO**

Situada na costa ocidental do continente africano, a Guiné-Bissau tem uma área de 36.125km<sup>2</sup>, com uma superfície habitável de apenas 24.800 km<sup>2</sup>, dado a existência de terras inundadas pelas marés e pelo alagamento provocado pelas chuvas constantes.

Atualmente a sua população é estimada em um milhão e quinhentos mil habitantes. Este país possui fronteiras com o Senegal ao Norte, e ao Leste e Sul com a República da Guiné Conacri, e é banhada pelo oceano atlântico. Além do território continental a Guiné-Bissau possui o arquipélago de bijagó com mais de 80 ilhas, sendo algumas delas desabitadas. O país possui clima tropical (AUGEL, 2007, p.49-50).

Caraterizada por uma grande diversidade étnica, cultural e linguística, o país goza de um xadrez sociocultural muito rico, devido as práticas sociais desses distintos grupos étnicos, por causa das especificidades que cada um carrega. No âmbito linguístico, o crioulo se apresenta como a língua que facilita a comunicação entre os diferentes grupos que formam a identidade guineense.

Após vários anos de uma árdua luta armada contra o regime colonial português liderada pelo PAIGC<sup>2</sup>, o país conquistou a sua independência unilateral<sup>3</sup> no dia 24 de setembro de 1973, passando a partir dessa data a ser controlado pelo partido supracitado através de um regime de partido único (CAOMIQUE, 2017, p.6).

A Guiné-Bissau herdou no período a seguir a sua independência, várias políticas organizacionais criadas pelo antigo regime colonial português, dentre elas destaca-se o sistema educativo que continuou sem grandes mudanças operando a nível nacional.

Tratando sobre esse assunto, Gomes (2016), reitera que é importante lembrar que no período da colonização, os portugueses criaram um sistema educativo formal, mas era difícil para os nativos terem acesso a esse tipo de educação porque foram estabelecidas diversas normas que os nativos obrigados/as a seguir para ingressar no sistema, e tudo era baseado nos padrões ocidentais.

Vale salientar que a Guiné-Bissau tem passado por variadas instabilidades políticas desde a sua independência, gerando obstáculos para implementação de programas que visam impulsionar o desenvolvimento do país. Essa situação afeta fortemente a eficiência de todos os setores do país, principalmente o da educação.

Como podemos perceber, segundo o relatório da UNESCO (2016), o sistema educativo guineense enfrenta grandes desafios tendo em conta o cenário político instável que o país tem vivenciado ao longo dos anos. Nesse relatório há uma passagem a respeito que diz

---

<sup>2</sup> O Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde.

<sup>3</sup> É unilateral porque a sua independência só foi reconhecida um ano mais tarde pelo Portugal, isto é, em 1974.

a escola de Guiné-Bissau enfrenta uma vulnerabilidade extrema. Desde a independência do país, há 40 anos, a instabilidade é uma constante, com sucessões de mudanças no topo do poder e renascimento das equipas encarregadas dos ministérios, dentre eles o da educação. Esta instabilidade política fragilizou profundamente a administração pública de um país com necessidades titanescas: a esperança de vida é de 50 anos, 70% da população vive sob o limiar da pobreza e 50% dos adultos não sabem nem ler nem escrever. A situação social e sanitária é tão preocupante que a mesma classifica o país nos últimos lugares do Índice de desenvolvimento humano do Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento (176ª posição sobre 187 países). (UNESCO, 2016, p.1).

As crispações e clivagens políticas sempre formam impactantes para o setor educativo, e levando em conta as dificuldades supracitadas, o governo da Guiné-Bissau elaborou no período a seguir ao conflito armado de 07 de junho 1998, programas e projetos educacionais com vista a proporcionar uma melhoria da qualidade do ensino e aumentar o acesso a educação a nível nacional.

De acordo com Barreto (2013), têm ocorrido nos últimos anos várias reformas do sistema educativo guineense, alguns têm como objetivos modernizar e aperfeiçoar a qualidade da educação formal. Essas reformas tinham como eixo estruturante: o enquadramento legal, formação inicial e contínua de professores, a revisão curricular e a implementação da 12ª classe. Esses programas foram apoiados pelos organismos internacionais, nomeadamente: Banco Mundial, Unesco e Unicef.

Apesar dessas tentativas por parte do governo guineense e parceiros internacionais, o desenvolvimento de ensino-aprendizagem nas escolas públicas ainda está aquém do esperado. Diante do exposto, o nosso trabalho visa fundamentalmente compreender o processo de ensino e aprendizagem nas escolas públicas da Guiné-Bissau em diferentes períodos históricos.

Por outro lado, é possível compreender que há uma contradição no que diz respeito ao processo de ensino-aprendizagem nas escolas públicas da Guiné-Bissau. Alguns autores como Gomes (2021) por exemplo, enfatizam que a instabilidade política e social são uma das principais causas que impossibilitavam e ainda impossibilitam a existência de um ensino de qualidade para todos/as no país, devido as cíclicas greves dos professores e interrupções dos anos letivos por parte dos sucessivos governos, e também a falta de motivação dos professores e a inexistência de infraestruturas escolares adequadas para enfrentar os desafios atuais da educação a nível central e regional.

Apesar disso, algumas pessoas defendem a ideia de que as escolas públicas na Guiné-Bissau trabalham com mais rigor em relação às escolas privadas, justificando que

estas últimas, muitas vezes, carecem de rigor para evitar a perda de alunos. Por outro lado, também é possível compreender que atualmente a educação de qualidade não é a preocupação única e exclusiva do Estado guineense, mas preocupa também as organizações internacionais e outras identidades sociais.

## **ABORDAGEM TEÓRICO CONCEITUAL SOBRE A EDUCAÇÃO**

A educação é uma característica humana presente nas sociedades desde os tempos remotos, e com base nela o homem procura estabelecer a organização social e formar a consciência colectiva. Ela tem como eixos estruturantes a transmissão dos valores sociais e preparação dos indivíduos para funções sociais específicos. A educação possui múltiplas acepções tendo em vista a multidimensionalidade da sua análise, os autores de distinta, ou até da mesma área de conhecimento podem conceituá-la de maneira diferente. No entanto, traremos concepções de alguns autores sobre o conceito de educação.

Para Piaget (1984), a educação visa estimular a estruturação de formas de ação motora, verbal e mental mais móveis, amplas e estáveis, como intuito de proporcionar o desenvolvimento progressivo do organismo. A educação seria, assim, essencial para o desenvolvimento físico e psicológico dos indivíduos ajudando-os a aperfeiçoar as suas ações físico-cognitivo e social.

Pensando a educação como um elemento de manutenção da coesão social e criação da consciência coletiva Durkheim (1952), aponta que a educação é essencialmente uma ação de transmissão de valores sociais exercida pelas gerações adultas sobre as novas gerações com vista prepará-las para a vida social e desenvolver nelas um leque de estados físicos, intelectuais e morais que a sociedade necessita.

De modo diferente a concepção durkheimiana da educação, Marx e Hengels (1992), posicionam dizendo que a educação pode ter dupla finalidades, podendo ser alienadora ou libertadora, justificando essa assertiva, eles afirmam que a educação pode ser usada pela classe dominante para perpetuar a alienação através de estabelecimento de um currículo que impulsiona o conformismo com a realidade social, porém, pode ter também uma postura libertadora, atuando como um elemento que possibilita a transgressão de barreiras de alienação a que estão submetidos os oprimidos. O pensamento de Marx e Hengels (1993), vai ao encontro ao de Freire (2011), quando este último reitera que a educação pode ser utilizada para libertar e como também para oprimir.

Uma outra contribuição relevante para essa discussão é a de Luckesi (1994), que adentrou na discussão trazendo as tendências filosóficas para explicar a importância da educação. Ele reitera que a educação é uma instância quase exterior à sociedade, e nessa perspectiva é atribuída à educação um alto grau de responsabilidade, sobretudo no que diz respeito à organização e/ou estruturação de uma determinada sociedade, ele ainda enfatiza que ela é exterior à sociedade por causa das dinâmicas sociais, para tanto, ela deve reforçar os laços sociais, promover a coesão social e garantir a integração de todos os indivíduos no corpo social.

Nesse sentido, Luckesi (1994), vai adiante trazendo três tendências filosóficas para explicar a importância da educação, de acordo com a concepção que é atribuída a ela pelos distintos atores sociais supracitados. Na primeira tendência, a educação é atribuída a uma característica redentora, ou seja, através da educação que a sociedade pode ser salvadora ou libertadora de todas as mazelas sociais. Assim, os seus elementos são agregados em sua estrutura macro, tanto as novas gerações, quanto as que, por outras razões, se encontram à sua margem. Também, ela pretende manter o tecido social, através da integração dos indivíduos no meio social.

Já na segunda tendência a educação apresenta uma característica reprodutivista das práticas sociais existentes numa determinada sociedade. As tendências anteriores apontam que essa concepção educativa não visa obliterar as injustiças sociais, mas sim, reproduzi-las com vista a manter as estruturas sociais vigentes.

Por último, a terceira tendência foi denominada da educação transformadora cuja característica é diferente das duas acima citadas. Para Luckesi (1994), esse modelo educativo não liberta nem reproduz a sociedade, mas serve de um somador essencial que ao lado de outros meios, ajudam na construção de um projeto de sociedade justa e inclusiva. Nesse sentido, essa tendência não coloca a educação a serviço da preservação e reprodução, ela pretende demonstrar que é possível compreender a educação dentro da sociedade, com os seus determinantes e condicionantes, mas com possibilidade de trabalhar pela sua democratização, na qual salientou que:

Alguns responderão que a educação é responsável pela direção da sociedade, na medida em que ela é capaz de direcionar a vida social, salvando-a da situação em que se encontra; um segundo grupo entende que a educação reproduz a sociedade como ela está; há um terceiro grupo de pedagogos e teóricos da educação que compreendem a educação como uma instância mediadora de uma forma de entender e viver a sociedade. Para estes a educação nem salva nem reproduz a sociedade, mas pode e deve servir de meio para a efetivação de uma concepção de sociedade, (LUCKESI, 1994, p.37).

Adentrando na discussão da concepção libertadora da educação e os mecanismos para a sua efetivação, Freire (2011) referencia a educação popular como um fenômeno de apropriação dos produtos culturais expresso por um sistema aberto de aprendizagem, constituído de uma teoria de conhecimento referenciada na realidade com metodologias (pedagogia) incentivadoras da participação e empoderamento das pessoas, com conteúdos e técnicas de avaliação, guiados por uma base política estimuladora de transformação social e sustentadas pelas aspirações humanas de liberdade e felicidade.

Já discutindo os distintos processos educativos e as instituições que os proporcionam Brandão (1981), afirma que a educação não se dá somente nos espaços formais por toda parte. Ela pode se dar também, a partir das redes e estruturas de transmissão de saber passado de uma geração para outra, sem necessariamente criar um modelo de ensino formal e concentrado. O homem aprende com a educação a permanecer o trabalho da vida. A vida que conduz de uma classe para outra, dentro da história da natureza, e de uma família a outras existentes.

## **EDUCAÇÃO NA GUINÉ-BISSAU NO PERÍODO DA DOMINAÇÃO COLONIAL**

Antes da chegada do regime colonial português na região hoje chamada de Guiné-Bissau, já existiam distintas formas de transmissão do saber. O processo educativo se dava de maneira diferente ao da Europa, ou seja, a transmissão dos saberes se dava com base na cultura e tradição, e os velhos tinham um papel imprescindível porque eram vistos como depósitos de conhecimento. O conhecimento era transmitido por via da oralidade, pelos velhos nas cerimônias de iniciação e transição de uma fase para outra, porque não haviam instituições formais do ensino nesta época na Guiné-Bissau. (CÁ 1999, p.91 apud GOMES 2016, p.3).

A oralidade era uma das estratégias mais importante na transmissão do saber no período pré-colonial na sociedade guineense, dado que é a partir dela que as gerações mais velhas transmitiam os códigos de conduta que regem o funcionamento das atividades de natureza política, econômica, religiosa e sociocultural. E, isso se dá através das cerimônias de transição e manifestações culturais desses povos.

Gomes (2016), vai além na explanação ressaltando que nas escolas formais criadas pelos colonizadores portugueses, os conteúdos que eram transmitidos nesses espaços se fundamentavam com base na realidade sociocultural dos portugueses.

Para compreensão do predomínio desse currículo escolar que não traduz a realidade social guineense mas sim a portuguesa, é preciso revisitar o eixo estruturante do sistema colonial português, que encarava as sociedades africanas como estáticas, subdesenvolvidas, sem civilização e sem cultura. Assim sendo, era necessário desencadear o que chamavam do processo civilizatório, ou seja, levar a civilização às sociedades que não a possuíam. Partindo desse pressuposto, o sistema educacional do colonizador subestimava quase todos os saberes dos povos nativos, assim como os mecanismos de produção e transmissão do saber.

De acordo com Cá (2010), até nos anos de 1970, nas escolas de Bissau as mulheres dos policiais que serviam ao exército português continuavam a ensinar aos jovens do país a história metropolitana. Assim compreendemos que o sistema educacional dos portugueses se inicia com a sua difícil integração dos que não são portugueses, é por isso essa educação favorecia mais os que tinham o privilégio de estar ao lado do regime colonial português.

## **A EDUCAÇÃO NO PERÍODO PÓS COLONIAL**

A Guiné-Bissau é um país que herdou um sistema de ensino dos portugueses que é baseado mais no individualismo do que no coletivismo. No período a seguir à independência o sistema educativo guineense passou por várias alterações visando aperfeiçoar a sua performance (GOMES,2021; BARRETO, 2002; Cá, 2010; FURTADO, 2005). Essa assertiva pode ser confirmada especificamente no artigo da Maria Antónia Barreto, em que se lê o seguinte,

nos anos recentes têm ocorrido varias reformas do sistema educativo guineense que têm como objetivos modernizar e melhorar a qualidade da educação formal. Têm incidido em vários âmbitos: enquadramento legal, formação inicial e contínua de professores, currículo do ensino básico, introdução da 12ª classe, espaços, recursos, gestão, bases de dados estatísticas. O país tem contado com os apoios do Banco Mundial, Unesco, Unicef, cooperação bilateral, entre outros. (BARRETO, 2002, p.1).

Vale salientar que essas mudanças não conseguiram suprir todas as demandas educacionais da sociedade guineense, tendo em conta a pouca flexibilidade das políticas educacionais implementadas, assim como os desafios sociais enfrentados pelos seus sujeitos.



Discutindo a respeito desse cenário, Sampa (2015), reitera que a educação é um processo que envolve ensinar e aprender, que é alicerce de todos outros conhecimentos, sendo imprescindível para manter o equilíbrio social. Para isso, ele enfatiza que é importante que tenha políticas e estratégias educacionais concretas. Quer dizer, o Estado deve traçar propósitos concretos a serem cumpridos com vista a melhorar o processo educativo, como forma de enfrentar os desafios que existem no âmbito nacional, regional e internacional.

O Estado aparece nessa conjuntura como responsável para garantir a educação de todos os cidadãos, porque o direito à escolarização, é sem dúvidas, um dos direitos inalienáveis como consta na constituição da República da Guiné-Bissau.

Sampa (2015), reforça que é importante lembrar que é dever do Estado garantir a educação de qualidade para todos os cidadãos independentemente da classe, origem social, religião e cultura, através de um esforço mútuo de todos os atores envolvidos nesse processo. Nesse caso, os docentes, discentes, técnicos administrativos do Ministério da Educação Nacional e assim como os pais e encarregados da educação. Sendo assim, a educação passou a ser pensada a partir de um viés de ruptura epistêmica que passa necessariamente pela descolonização dos currículos herdados do antigo regime, e voltado à realidade sociocultural dos guineenses a partir da aprovação da Lei de Base do Sistema Educativo criado em 21 de maio de 2010 através do decreto presidencial do (art 85.nº 1, C) da Constituição da República. Esta lei do sistema educativo é a tentativa de organizar o sistema e a política educativa do país tendo em conta a desestruturação no setor da educação.

Sampa (2015), vai adiante colocando que as dificuldades que o sistema educativo guineense enfrenta precisam ser analisadas, para poder elaborar os planos e programas voltados a realidade do país, isto é, a sua população, as culturas e as línguas com o intuito de ultrapassar as dificuldades e enfrentar os desafios educacionais. Ele vai adiante dizendo que a Guiné-Bissau herdou muitas coisas, uma delas é a língua portuguesa que é tida como a língua do ensino.

Essa colocação de Sampa nos alerta sobre a necessidade de repensar o sistema educativo guineense com vista propiciar a inclusão dos saberes endógenos e consequentemente descolonizar o currículo.

Por outro lado, Barreto (2012), analisa a dependência externa do sistema educativo da Guiné-Bissau, da qual afirma que os dados da última pesquisa realizada sobre a educação, o sistema educativo guineense mostra uma evolução positiva do acesso

aos níveis do ensino básico e do ensino secundário. Mostrou também um grande esforço em termos de ideias, permitindo a existência de uma pluralidade de estudos de diagnósticos, na criação das normas e na realização de tarefas que facilitem a construção do sistema educativo que se adapte ao contexto guineense.

Partindo do pressuposto acima referido, é notório que o Estado da Guiné-Bissau depende muito da ajuda externa para colocar os projetos educacionais em funcionamento, porque devido à falta de hostenidade no gerenciamento dos recursos públicos, o país é obrigado de forma direta ou indiretamente a depender financeiramente dos organismos internacionais nominadamente o Banco Mundial, UNICEF, FMI e a UNESCO.

## **ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA EDUCATIVO DA GUINÉ-BISSAU**

Levando em consideração as distintas fases da educação e os seus propósitos o sistema educativo formal da Guiné-Bissau está estruturada de seguinte maneira: Ensino pré-escolar, Ensino básico elementar e ensino complementar; Ensino secundário geral e ensino secundário complementar; Ensino profissional; Ensino superior não universitário e ensino superior universitário. À luz do documento do Ministério da Educação Nacional (MEN) da Guiné-Bissau intitulado Plano Nacional de Acção: educação para todos/as, vamos fazer uma breve análise dessas diferentes fases.

De acordo com MEN (2003), a situação social fez com que o acesso à educação infantil continue ocorrendo de forma relativa nas cidades porque, principalmente na capital, sendo aplicada para crianças de 3 a 6 anos e é opcional. Em 1999/2000 o ingressados na pré-escolar eram de 4.159 alunos cujos 62% dos inscritos são das escolas privadas.

No que diz respeito ao ensino básico elementar, o documento MEN (2003), ressalta que essa etapa possui duas fases: o ensino básico elementar e o ensino básico complementar. A primeira fase compreende da primeira classe a quarta classe; e a segunda fase inicia de quinta a sexta classe, num espaço de tempo de seis anos de escolaridade, que é gratuito e obrigatório para todos com diplomas em vigor.

No que diz respeito ao ensino secundário que possui também duas fases distintas, ou seja, o ensino secundário geral e o ensino complementar dos liceus; além de curso técnico e profissional, o documento MEN (2003), reitera que o ensino secundário dura um total de 5 anos divididos da seguinte forma: o ensino secundario geral com o inicio de 7<sup>a</sup> a 9<sup>a</sup> classe e o ensino secundário complementar que inicia a partir de 10<sup>a</sup>, 11<sup>a</sup> classe.

Ainda enfatiza que a idade normal do início de ensino secundário é de 15 a 16 anos, enquanto que a idade oficial de entrada é de 13 anos.

Discutindo o ensino superior, o documento do MEN (2003), afirma que o ensino superior guineense não é muito desenvolvido e a grande parte dos cidadãos guineenses que possuem a formação superior deu-se no estrangeiro. O sistema educativo não formal é formado de alfabetização e a educação de adultos, pelas escolas religiosas e principalmente na zona urbana.

A Guiné-Bissau é considerada o único país da África lusófona a não possuir uma universidade pública. O país possui atualmente uma Faculdade de Direito em Bissau que é um dos grandes centros de estudos desde a década de 90, com a parceria com o Estado Português. (CÁ 1999, p.91 apud GOMES, 2016, p.5)

O documento de UNESCO (1990), intitulado “Declaração Mundial sobre Educação Para Todos: Plano de ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem” aponta que foi realizada, em 1990, a conferência de Jomtien na Tailândia, na qual foi discutida a necessidade de oferecer a educação para todos/as como forma de satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem, e igualmente foram adotados novos condutos da educação e as metas do milênio que os países membro devem cumprir até 2015.

Portanto, nesse sentido podemos perceber que a reforma no setor da educação da Guiné-Bissau foi influenciada por esta conferência, que proporciona algumas mudanças de ponto de vista sociopolítico nas leis educacionais e assim como nas reestruturações do sistema do ensino em geral. De acordo com UNESCO,

Políticas de apoio nos setores social, cultural e econômico são necessárias à concretização da plena provisão e utilização da educação básica para a promoção individual e social. A educação básica para todos depende de um compromisso político e de uma vontade política, respaldados por medidas fiscais adequadas e ratificados por reformas na política educacional e pelo fortalecimento institucional. Uma política adequada em matéria de economia, comércio, trabalho, emprego e saúde incentiva o educando e contribui para o desenvolvimento da sociedade. (UNESCO, 1998, p.06).

Partindo dessa perspectiva, o Estado da Guiné-Bissau elaborou um documento denominado de Carta política do setor educativo 2009 a 2020 que foi aprovado pelo governo cujo objetivo é desenvolver o ensino, a pesquisa, e a inclusão social de todos os cidadãos em todo o território nacional.

Algumas indicações foram apresentadas para solução das demandas e desacertos

do sistema educativo guineense, e isso dependerá de um forte compromisso político e institucional, ou seja, da instabilidade organizacional dos atores envolvidos. Como podemos constatar nesse trecho do trabalho intitulado *Reformas Recentes no Sistema Educativo da Guiné-Bissau: Compromisso entre a Identidade e a Dependência*,

Este documento, aprovado pelo governo, pretende ser o enunciado de um programa de desenvolvimento do sector da educação para o período de 2009 a 2020, portanto um período de tempo alargado se tivermos em consideração a instabilidade política da Guiné-Bissau. É sublinhado no documento que a implementação desse programa dependerá por um lado de “um forte e efetivo engajamento político e por outro de estabilidade institucional (MEN, 2009, p.6 *apud* BARRETO, 2012 p.6)

Diante do relato acima exposto, entendemos que apesar de alguns problemas e retrocessos, o sistema educativo guineense tem adotado algumas medidas reformistas com o objetivo de aperfeiçoar o modelo do ensino e dar resposta aos desafios do desenvolvimento a nível regional e internacional. Permitindo assim, que os alunos, professores e gestores possam estar a altura de competir na medida do possível com outros sujeitos que atuam na área educativa.

## **O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM NAS ESCOLAS PÚBLICAS DA GUINÉ-BISSAU**

Após a conquista da independência, a Guiné-Bissau enfrentou e ainda continua enfrentando crises político-institucionais cíclicas, isso faz aumentar a pobreza e crises internas, dificultando fortemente a busca pela consolidação política, econômica e sociocultural que permitirá o país atingir um alto índice de desenvolvimento. Os desacertos supracitados não permitiram que o processo ensino-aprendizagem nas escolas públicas da Guiné-Bissau se desenvolva de maneira adequada e eficiente, dado as instabilidades que afetam todas as esferas sociais.

Sobre esse assunto Teixeira (2007), aponta que a política totalitária pautada na economia centralizada teve repercussões em outras esferas da sociedade, gerando a degradação de vida das populações, devido à falta de investimento na agricultura e na educação, e provocou um crescente abandono do setor da educação pública por causa das sucessivas greves e da péssima qualidade do ensino.

A instabilidade política na Guiné-Bissau criou desafios imensos para o ensino, principalmente o ensino público, dado a insuficiência de políticas educacionais em

execução. As escolas públicas carecem de recursos humanos a altura dos desafios atuais da educação assim como das infraestruturas e políticas curriculares atualizadas, isso vem dificultando o processo de ensino-aprendizagem.

Analisando esta questão Sampa (2015), enfatiza que no período a seguir ao conflito armado de 07 de junho de 1998, o governo guineense elaborou um projeto para resolver os problemas educativos herdados do sistema colonial, e os que foram causados pelas situações políticas vividas no período pós-independência, porém, a maioria desses projetos não foram realizados, e por motivos diversos acabaram por ser engavetados.

A política do governo em matéria de educação está consignada no documento “Declaração da política educativa” Maio de 2000 que fixa as prioridades de reabilitação de infraestruturas destruídas pela guerra e a regularização do salário dos professores. As do DENARP interino de Setembro 2000, coerente com essa definem por objetivos principais o aumento das despesas correntes com a educação para atingir 2,5 % PIB, em 2003 (2,2 % em 2001), (MEN, 2003, p.7).

Essa nova política educacional do governo guineense visava melhorar a prática do ensino-aprendizagem nas suas múltiplas dimensões, buscando obliterar os obstáculos vigentes que impedem o funcionamento normal do processo educativo.

A insuficiência de infraestruturas, dos docentes com qualificações exigidas e de currículo adequado e multidisciplinar, constituem obstáculos para o processo de ensino-aprendizagem nas escolas públicas da Guiné-Bissau. Essa assertiva vai ao encontro do documento do MEN intitulado Plano Nacional de Acção: Educação Para Todos. Este documento reitera que,

A estes constrangimentos associam-se a excessiva centralização dos serviços administrativos, a fraca dinâmica da gestão devido a insuficiências na formação técnica, a falta de meios financeiros ao MEN, a escassez em estruturas de formação e com consequente insuficiência de professores, inequação dos programas e do calendário escolar, debilidade económica-financeira do governo e população, e a exclusão de escolas de outros tipos nos sistemas (madrassas); Constrangimentos de ordem cultural (casamento e gravidez precoce, trabalho domésticos, práticas nefastas), questão linguística e inexistência de abordagem da cultura da paz no sistema...(MEN,2003, p.9).

Vista a partir dessa perspectiva, podemos afirmar que apesar de alguns progressos verificados nos últimos anos, o processo de ensino-aprendizagem nas escolas públicas da Guiné-Bissau ainda está longe de ser eficiente dado aos problemas de várias naturezas. O relatório da UNESCO (2016), intitulado “Em Guiné-Bissau, o sistema educativo precisa em grande parte de ser construído,” nos subsidiou com informações úteis para analisar o panorama educativo guineense, seus êxitos e desafios. De acordo com este relatório, as

crises político-institucionais que têm assolado o país tiveram consequências nefastas para o setor educativo, dificultando assim, a implementação dos programas do desenvolvimento, principalmente no que se refere a educação, dado a falta de políticas educacionais, a insuficiência financeira para projetos na área de educação, o baixo nível de treinamento dos docentes, a falta de infraestruturas, e dificuldades de acesso aos materiais de aprendizagem.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A nossa preocupação central neste artigo foi de entender o processo do ensino e aprendizado em Guiné-Bissau, analisando a relação existente entre o funcionamento das escolas públicas e as crises políticas corriqueiras no país, assim como relacionando com a influência de organismos internacionais. Para isso, o trabalho deteve-se em descrever uma história da educação guineense no período anterior a dominação colonial, no período colonial e no período pós-independência. Além disso, é preciso também demonstrar que este processo da educação continua enfrentando crises político-institucionais que não colaboram com o desenvolvimento do país.

Salvo as limitações de pesquisa que esse trabalho apresentou, por ter-se em uma pesquisa bibliográfica, espera-se que as discussões aqui realizadas se somem a outras pesquisas que tem como temática central a educação guineense. Um aprofundamento das pesquisas pode ocorrer no sentido de investigar como ocorre a atividade docente nas escolas públicas na Guiné-Bissau, assim como averiguar os motivos determinantes para a permanência ou evasão dos estudantes nas escolas públicas de Guiné-Bissau. De toda forma, espera-se que este trabalho, assim como o conjunto de pesquisas e publicações que vem sendo realizadas pela juventude guineense, cuja algumas referências estão aqui presentes, possam embasar a construção de atuações conscientes e refletidas que transformem a educação guineense em busca da qualidade e com sentido e significância para a população e para o desenvolvimento do país.

## REFERÊNCIAS

AUGEL, Moema Parente. **O Desafio do Escombro: Nação, Identidades e Pós-colonialismo na literatura da Guiné-Bissau**. Rio de Janeiro: Edit. Garmond, 2007.

CÁ, Lourenço Ocuni. **Estado: políticas públicas e gestão educacional**– Cuiabá: EdUFMT, 2010. 180 p.

CAMPOS, Claudinei José Gomes. **Método de Análise de Conteúdo: Ferramenta Para Análise de Dados Qualitativos no Campo da Saúde**. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reben/v57n5/a19v57n5.pdf>>. Acesso em: 10.03.2018.

CAOMIQUE, Policarpo Gomes. **A Reinserção Das Autoridades Tradicionais de Caió no Cenário Político-administrativo da Guiné-Bissau**. Redenção-CE, 2017.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: metodos qualitativos, quantitativos e misto**. Tradução Magda Lopes: consultoria, supervisão e revisão técnicas deste edição dirceu da silva. -3ed –Porto alegre: Artemed, 2010.

DURKHEIM, E. **Educação e sociologia**. São Paulo: Melhoramentos, 1952.

FREIRE, Paulo. **Teorias e Práticas em Educação Popular – escola pública, inclusão, humanização**/Jean Mac Cole Tavares Santos [organizador]. – Fortaleza: Edições UFC, 2011.

GOMES, Bruno. **Educação em Guiné-Bissau na Transição do Período Colonial para Pós-Colonial**, 2016. Disponível em: <<https://bit.ly/2HWNPQj>>. Acesso em: 10-01-2018.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**/Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos, -7.ed.-São Paulo: Atlas,2010.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Filosofia da Educação** / Cipriano Carlos Luckesi. – São Paulo: Cortez, 1994. Coleção magistério 2º grau. Série formação do professor.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **Textos sobre educação e ensino**. 2. Ed. –São Paulo, SP: Editora Moraes LTDA, 1992.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL. **Plano Nacional de Ação: Educação para todos**. Bissau, 2003. Disponível em:<https://bit.ly/2qTmF5w>. Acesso em: 06.02.2018.

PIAGET, Jean. **Psicologia e Pedagogia**. São Paulo: Summus, 1984. P.62.

SAMPA, Pascoal Jorge. **Situação do Ensino Pública em Guiné-Bissau: Desafios e Possibilidades Para uma Educação de Qualidade**. 2015. Disponível em:<https://bit.ly/2qWTSMB>. Acesso em: 12.03.2018.

TEIXEIRA, Ricardino Jacinto Dumas. **Tiro na Democracia: Uma análise sobre o processo de transição democrática na Guiné-Bissau, 1994-2007**. 2007. Disponível em:<https://bit.ly/2HKuuUt>. Acesso em: 5 jul. 2017.

UNESCO, **Em Guiné-Bissau, o Sistema Educativo Precisa em Grande Parte de ser Construído**, IN: Instituto internacional de Planificação de Educação,2016. Disponível em:<https://bit.ly/2vELQ0j>. Acesso em: 10.03.2018.

\_\_\_\_\_. **Declaração Mundial Sobre Educação Para Todos. Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem**. Nova Iorque, 1990. Disponível em: <https://bit.ly/1EFpuZf>. Acesso em: 12.03.2018.